



3. Organização Pedagógica

PDI 2015-2019

3.1 Cronograma de implantação dos cursos de graduação no período de vigência do PDI

Tabela 1: Programação de abertura de cursos de graduação presencial oferecidos pela UFMS

Curso	Alunos por turma	Turno	Local de funcionamento	Previsão de implantação
Engenharia de Software (B)	70	V/N	FACOM	2015
Engenharia de Biosistemas – (B)	50	MV	CPCS	2016
Engenharia Civil – (B)	50	MV	CPNV	2016
Engenharia Elétrica – (B)	50	MV	CPNV	2016
Arquitetura e Urbanismo – (B)	50	MV	CPNV	2016
Ciências Contábeis – (B)	50	N	CPAR	2016
Medicina Veterinária – (B)	60	MV	CPAR	2016
Serviço Social – (B)	40	N	CPTL	2016
Engenharia de Controle e Automação	50	MV	FAENG	2016
Administração Pública – (B)	50	N	CCHS	2017
Música – (B)	30	MV	CCHS	2017
Serviço Social – (B)	40	N	CPAQ	2017
Direito – (B)	50	N	CPCS	2017
Ciências Contábeis – (B)	50	N	CPNA	2017
Enfermagem – (B)	40	MV	CPAN	2017
Arquitetura e Urbanismo (B)	40	MV	CPAN	2017
Medicina – (B)	60	I	CPAN	2017
Educação Física (B)	30	N	CPAQ	2018
Engenharia Química – (B)	50	MV	CPTL	2018
Engenharia Ambiental – (B)	50	MV	CPTL	2018
Educação Física	50	N	CPTL	2018
Agronomia – (B)	50	MV	CPAN	2018

Continua

Continuação

Curso	Alunos por turma	Turno	Local de funcionamento	Previsão de implantação
Engenharia Civil – (B)	50	MV	CPAN	2018
Engenharia Mecânica	50	MV	FAENG	2018
Matemática Aplicada– (B)	30	MV	INMA	2018
Licenciatura interdisciplinar em Ciências Naturais (L)	30	N	INFI	2018
Engenharia Mecatrônica	40	MV	CPPP	2019
Geologia – (B)	40	N	CPAQ	2019
Arquitetura e Urbanismo – (B)	50	MV	CPCS	2019
Psicologia – (B)	40	MV	CPNV	2019
Psicologia – (B)	40	MV	CPTL	2019
Medicina Veterinária – (B)	60	MV	CPAN	2019
Engenharia Hídrica	50	MV	FAENG	2019

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (B) Bacharelado; (L) Licenciatura; (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (I) Integral; (S) Sábado.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 2: Programação de abertura de cursos tecnológicos

Curso	Vagas	Nº turmas	Turno	Local de funcionamento	Previsão de implantação
Gastronomia	30	1	NSMV	CCBS	2016
Gestão de Cooperativas	40	1	N	CPAR	2017

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (S) Sábado.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 3: Programação de abertura de cursos a distância

Curso	Local de funcionamento	Vagas	Previsão de implantação
Música (licenciatura)	CPAN	50	2015

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 4: Programação de aumento de vagas para cursos Reconhecidos

Curso	Modalidade	Local de funcionamento	Nº de vagas	Vagas ampliadas	Previsão de implantação
Medicina	Presencial	FAMED	60	20	2015

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 5: Programação de aumento de turma

Curso	Modalidade	Local de funcionamento	Vagas ampliadas	Previsão de implantação
Direito	Presencial	FADIR	40	2018

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 6: Cursos suspensos

Curso	Local	Modalidade	Vagas	Turno	Situação	Observação
Administração	CPBO	Presencial	50	NSMV	Res. COUN nº 46, de 21-05-2013, BS 5545, pg. 8	A partir de 2013
Turismo e Meio Ambiente	CPBO	Presencial	60	NSMV	Res. COUN nº 13, de 25-03-2014, BS 5758	Retroativo a 2011

Continua

Continuação

Curso	Local	Modalidade	Vagas	Turno	Situação	Observação
Letras Português/ Espanhol	CPCX	Presencial	50	N	Res. nº 21, 25-03-2014	A partir de 2014
Geografia	CPTL	Presencial	30	I	Res. COUN nº 12, de 25-03-2014, BS 5758	A partir de 2014
Tecnologia em Redes de Computadores	FACOM	Presencial	70	N	Res. Coun nº 79/2014, BS 5902	A partir de 2015
Comunicação Social Habilitação em Jornalismo	CCHS	Presencial	50	VN	Res. Coun 78/2014, BS 5902	A partir de 2015

Fonte: PREG.

Legenda: (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (S) Sábado; (I) Integral.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 7: Cursos alterados

Curso	Local	Modalidade	Vagas	Turno	Situação: Suspensão	Observação
Ciências Sociais	CCHS	Presencial	50	M	Acerto de turno e código do Siscad	Turno: M/V para M
Siscad: 0344 para 363						
Ciência da Compu- tação	CPPP	Presencial	50	VN	Acerto de turno	Turno: M/T para T/N
Turismo	CPAQ	Presencial	30	V	Acerto de turno	Turno: M para V
Psicologia	CPAR	Presencial	40	NV	Acerto de ingresso	Ingresso: inverno para verão
Sistemas de Informa- ção	CPCX	Presencial	50	N	Acerto de ingresso	Ingresso: inverno para verão
Odontologia	FAODO	Presencial	50	MV	Acerto de duração	Duração: de 9 para 10 semestres
Medicina	FAMED	Presencial	80	MVN	Ampliação de vagas	Vagas: de 60 para 80 vagas

Fonte: PREG.

Legenda: (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (S) Sábado.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 8: Programação de redução de vagas para cursos reconhecidos

Curso	Modalidade	Unidade	Nº de vagas	Nº de vagas reduzidas	Previsão de implantação
Matemática (Licenciatura)	Presencial	CPPP	50	40	2016
Sistemas de Informação	Presencial	CPPP	50	40	2016
Ciência da Computação	Presencial	CPPP	50	40	2016
Pedagogia	Presencial	CPPP	50	40	2016
Pedagogia	Presencial	CPNV	60	40	2016
Ciências Sociais	Presencial	CPNV	60	40	2016
Sistemas de Informação	Presencial	CPCX	50	40	2016
Letras – Português (Licenciatura)	Presencial	CPCX	50	40	2016
Enfermagem	Presencial	CPCX	50	40	2016
História (Licenciatura)	Presencial	CPCX	50	40	2016
Enfermagem	Presencial	CCBS	50	40	2016

Fonte: PREG.
Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 9: Programação de abertura de cursos de pós-graduação – *stricto sensu*

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Ciências Veterinárias	Mestrado	10	FAMEZ	2015
Geografia		10	CPAQ	2015
Desenvolvimento Territorial e Dinâmicas Socioeconômicas		10	CCHS	2016
Ensino de História: Diferentes, Fontes e Linguagens		10	CPAQ	2016
Ensino de Sociologia		10	CPNV	2016

Continua

Continuação

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Saúde	Mestrado	10	CPTL	2016
Programa Nacional de Mestrado Profissional em Saúde da Família		10	CCBS	2016
Vigilância em Saúde da Região Leste de Mato Grosso do Sul		10	CPTL	2016
Artes		10	CCHS	2016
Biodiversidade e Recursos Naturais		10	CPAN	2016
Ciências do Ambiente		10	CPAQ	2016
Ciências Sociais		10	CCHS	2016
Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento		10	INFI	2016
Direito (Acadêmico)		10	FADIR	2016
Engenharia Elétrica		10	FAENG	2016
Formação de Professores na Interdisciplinariedade e na Interculturalidade		10	CPAQ	2016
Geociências e Meio Ambiente		10	FAENG	2016
Geografia		10	FAENG	2016
Bioengenharia e Biotecnologia		10	CPTL	2017
Ciências Contábeis		10	CCHS	2017
Educação		10	CPTL	2017
Educação		10	CPNV	2017
Educação Física		10	CCHS	2017
Direito (Profissional)		10	FADIR	2018
Engenharia de Produção		10	FAENG	2018

Continua

Continuação

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Engenharia Florestal	Mestrado	10	CPCS	2018
Filosofia		10	CCHS	2018
Sociologia		10	CPNV	2018
Educação e Fronteira		10	CPPP	2019
Engenharia de Computação		10	CPPP	2019
Matemática		10	INMA	2019
Ciências Veterinárias		Doutorado	10	FAMEZ
Educação Matemática	10		INMA	2015
Administração	10		CCHS	2016
Agronomia	5		CPCS	2016
Biologia Animal	5		CCBS	2016
Biologia Vegetal	5		CCBS	2016
Ensino de Ciências	10		INFI	2016
Geografia	10		CPTL	2016
Comunicação e Inovação (em Rede)	20		CCHS	2017
Psicologia	10		CCHS	2017
Saúde da Família	10		CCBS	2017
Enfermagem	5		CCBS	2018
Saúde Coletiva	5		CCBS	2018
Educação	5		CPAN	2019
Estudos Fronteiriços	5		CPAN	2019
Geografia	5		CPAQ	2019
DINTER em Computação (Receptora)	10		A definir	2015
DINTER em Direito (Receptora)	10			2016

Continua

Continuação

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
DINTER em Ecologia e Conservação (Proponente)	Doutorado	5	A definir	2016
DINTER em Educação (Receptora)		10		2017
DINTER em Engenharia de Produção (Receptora)		10		2018
DINTER em Reabilitação em Saúde (Receptora)		10		2019

Fonte: PROPP

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (DINTER) Doutorado Interinstitucional.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 10: Programação de abertura de cursos de pós-graduação – *lato sensu*

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Letras	Especialização	30	CPAQ	2015
Política Linguística		30	CPAQ	2015
Gestão de Escola Indígena		30	CPAQ	2015
Direito		30	FADIR	2016
Filosofia		30	CCHS	2016
Agroecologia		30	CPAQ	2016
Administração e Processos		30	CPAQ	2016
A definir – EAD		30	CPAR	2017
Farmácia		30	CCBS	2017
História		30	CCHS	2017
Enfermagem		30	CCBS	2018

Fonte: PROPP

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (DINTER) Doutorado Interinstitucional.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

3.2 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

Perfil de egresso

O egresso deve ser um profissional eclético, consciente dos princípios éticos, científicos e de cidadania que necessitam ser constantemente aprimorados e praticados no exercício profissional. No sentido amplo, deve possuir visão globalizada dos aspectos sociais, culturais e administrativos relacionados às diferentes áreas de formação. Deve ser capaz de exercer sua profissão, inserido no contexto social, acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, ser comprometido com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Deve também ser capaz de identificar e exercer sua profissão de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

Concepção de Currículo

A concepção de currículo se traduz em políticas norteadas pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação que possibilitam a formação profissional competente e do cidadão para atuar em sua área e nos processos de transformação social e criar alternativas com potencial para enfrentar as problemáticas que emergem no mundo contemporâneo. Desta forma, estão sendo superadas as práticas derivadas da rigidez dos currículos mínimos, de cursos estruturados mais na visão corporativa das profissões do que nas perspectivas da obtenção para o contexto científico-histórico das áreas de conhecimento, do atendimento às demandas existentes e da indicação de novas demandas mais adequadas à sociedade.

A reformulação dos projetos pedagógicos, atendendo às novas resoluções e adaptando-as aos cursos já em funcionamento, está baseada nos seguintes tópicos:

- a) projeto pedagógico construído coletivamente;
- b) flexibilidade, de modo a observar transformações ocorridas nas diferentes fronteiras das ciências;
- c) formação integral que possibilite a compreensão das relações de trabalho, de alternativas sócio-políticas de transformação da sociedade, de questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde, na perspectiva de construção de uma sociedade sustentável;

- d) graduação como etapa inicial que constrói a base para o permanente e necessário processo de educação continuada;
- e) incorporação de atividades complementares em relação ao eixo fundamental do currículo;
- f) interdisciplinaridade;
- g) predominância de formação sobre a informação;
- h) articulação entre teoria e prática;
- i) produção de atividades educativas de natureza científica e de extensão; e
- j) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Princípios metodológicos

As práticas acadêmicas da UFMS estão alicerçadas nos seguintes princípios filosóficos fundamentais:

- a) a ética;
- b) a participação democrática;
- c) o diálogo, em termos de igualdade;
- d) a tolerância e a compreensão;
- e) o respeito à natureza e a preservação do ambiente;
- f) a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas;
- g) a natureza pública e gratuita do ensino;
- h) a excelência;
- i) a formação humanística e visão global que habilite seus alunos a compreender o meio-social, político, econômico e cultural onde estão inseridos e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente e dinâmico;
- j) a diversificação teórico-metodológica;
- k) a universalidade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade do conhecimento; e
- l) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que estabeleça a relação dos processos de ensino com a pesquisa científica e com as atividades de extensão, e fortaleça a articulação entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional.

Processos de avaliação

O atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) procede à avaliação das universidades brasileiras nas dimensões interna (autoavaliação institucional) e externa (realizada por comissão externa).

A autoavaliação, na UFMS, representa um processo permanente de reflexão sobre as ações globais da instituição que inclui o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades de ensino, pesquisa e extensão, alinhada à missão institucional.

Na UFMS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição” de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA é composta por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e também conta com a participação de representantes da sociedade civil organizada. Sua função é coordenar o processo interno de avaliação da IES e disponibilizar informações para que sejam estabelecidas estratégias de ação para a melhoria das condições de ensino oferecidas pela instituição.

O resultado da autoavaliação implica em mudanças no processo de planejamento; de decisões, na organização curricular, na infraestrutura, no quadro de pessoal, no sistema normativo e no processo de reestruturação organizacional e pedagógica. A avaliação contribui para a reflexão acerca do processo ensino-aprendizagem e com a produção do trabalho acadêmico em geral.

O Enade, que integra o Sinaes, tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos de graduação em termos de competência e habilidades. O exame é realizado por amostragem e a participação dos acadêmicos constará no histórico escolar.

A UFMS busca construir uma cultura efetiva de avaliação no âmbito da instituição, pois reconhece na avaliação um instrumento para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

Estágios

Um dos processos essenciais na formação de futuros profissionais é o estágio – atividade essencialmente pedagógica, capaz de estimular o conhecimento crítico da realidade social e sensibilizar o aluno para o atendimento de necessidades sociais balizadas por valores éticos.

Além de favorecer a formação de um profissional com competência para observar e analisar criticamente o seu próprio fazer, o estágio pressupõe liberdade e autonomia para o aprendiz em

seus processos de apropriação de conhecimentos e de construção de significados.

O estágio, portanto, incentiva o desenvolvimento da criticidade necessária para analisar e decidir quais informações do seu repertório de conhecimentos e daqueles disponíveis em seu ambiente utilizará para solucionar os problemas do cotidiano profissional.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamenta o estágio de estudantes e o define como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular...” (Art. 1º).

De acordo com a Lei, o Estágio faz parte do projeto pedagógico do curso e pode ser obrigatório ou não-obrigatório. Na perspectiva da relação teoria-prática, ambos têm objetivos similares e devem ser vistos como espaço de estudo e de prática social no âmbito profissional, em consonância com as diretrizes do projeto pedagógico do curso, de modo a assegurar a interdisciplinaridade e a articulação do mundo acadêmico com o mundo do trabalho.

A Resolução COEG nº 107, de 16 de junho 2010, aprova o Regulamento do Estágio para os Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS e foi alterada pelas Resoluções COEG nº 152/2010, nº 286/2012 e nº 266/2013.

O Regulamento de Estágio da UFMS estabelece que deve haver para cada curso uma Comissão de Estágio (COE), cujas principais atribuições são elaborar o regulamento específico, coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios e propiciar apoio aos professores orientadores no acompanhamento da relação pedagógica entre um profissional, com formação e/ou experiência na área, e o estagiário.

Os estágios podem ser realizados em instituições públicas ou em empresas privadas que possuem Acordo de Cooperação vigente com a UFMS, ou nas unidades da própria UFMS, bem como por meio de agências de integração.

Em maio de 2013 foi criada a Divisão de Estágio, subordinada à CDA/PREG, responsável por apoiar, administrativa e tecnicamente, os cursos de graduação nas atividades relativas aos estágios e cujas competências são definidas na Resolução CD nº 43, de 18 de abril de 2013:

- a) divulgar às COE sobre os Acordos de Cooperação celebrados com a UFMS;
- b) orientar as COE sobre os procedimentos administrativos e didático pedagógicos;
- c) participar, quando solicitado, de reunião de avaliação dos estágios;
- d) promover o intercâmbio entre as COE, visando solucionar problemas e uniformizar pro-

- cedimentos;
- e) acompanhar e orientar os trâmites referentes ao preenchimento dos Termos de Compromisso e Planos de Atividade do Estágio, verificando, entre outros aspectos, a vigência dos Acordos de Cooperação;
- f) manter cadastro atualizado de todos os estagiários e das concedentes;
- g) tomar as providências cabíveis quanto às possíveis irregularidades no estágio;
- h) elaborar relatórios gerenciais; e
- i) desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

Buscando sempre a excelência do estágio na UFMS, a Divisão realiza estudos e propõe inovações que contribuam para o aperfeiçoamento dos processos de realização dos estágios, além de acompanhar a formulação e a execução dos regulamentos de estágio de cada curso, zelando pelo seu fiel cumprimento.

Com o objetivo de proporcionar capacitação e de integrar os cursos com as políticas nacionais e institucionais de estágio, são promovidos ciclos de palestras, ministradas por empresas parceiras, nas quais são abordados, de forma bastante esclarecedora, temas de interesse comum entre acadêmicos, docentes e servidores técnicos.

Para facilitar a interação entre as partes envolvidas no estágio, foram disponibilizados, via internet, Termos de Compromisso para preenchimento eletrônico, formulário para solicitação do seguro contra acidentes pessoais, além de informações sobre oportunidades de estágio, legislação, acordos de cooperação, notícias, artigos e outros *links* relacionados ao tema.

Algumas das metas permanentes da Divisão de Estágio são:

- a) fomentar a celebração de acordos de cooperação com instituições públicas e privadas para desenvolvimento dos estágios obrigatório e não obrigatório;
- b) aprimorar e propor novos modelos de formulários para planos de Atividade, Termo Aditivo e relatórios;
- c) realizar seminários para divulgação e troca de experiências das atividades de estágio.
- d) analisar todos os regulamentos de estágio dos cursos e das Comissões de Estágio; e
- e) realizar reuniões periódicas com as Comissões, com objetivo de orientar, propor adequações e facilitar a interação da instituição com as concedentes de estágio e com os discentes;

Em médio prazo, pretende-se ainda implantar um módulo, já proposto, integrado ao Sistema Acadêmico e ao Sistema de Convênio, para gerenciamento das informações de estágios.

Assim, as políticas de estágio da UFMS visam à valorização e à primazia das ações relacionadas e preconizam fortalecer a orientação acadêmica voltada para a prática profissional, contribuindo para a formação de acadêmicos críticos, reflexivos, mas, sobretudo de futuros profissionais comprometidos com o desenvolvimento social global.

Política de avaliação

O atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) procede à avaliação das universidades brasileiras nas dimensões interna (autoavaliação institucional) e externa (realizada por comissão externa).

A autoavaliação, na UFMS, representa um processo permanente de reflexão sobre as ações globais da instituição que inclui o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades de ensino, pesquisa e extensão, alinhado à missão institucional.

Na UFMS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição”, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA é composta por todos os segmentos da comunidade acadêmica e também conta com a participação de representantes da sociedade civil organizada. Sua função é coordenar o processo interno de avaliação da IES e disponibilizar informações para que sejam estabelecidas estratégias de ação para a melhoria das condições de ensino oferecidas pela instituição.

O resultado da auto-avaliação implica em mudanças no processo de planejamento; de decisões, na organização curricular, na infraestrutura, no quadro de pessoal, no sistema normativo e no processo de reestruturação organizacional e pedagógica. A avaliação contribui para a reflexão acerca do processo ensino-aprendizagem e da produção do trabalho acadêmico em geral.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sinaes, tem como

objetivo aferir o rendimento dos alunos de graduação em termos de competência e habilidades. O exame é realizado por amostragem e a participação dos acadêmicos constará no histórico escolar.

A UFMS busca construir uma cultura efetiva de avaliação no âmbito da instituição, pois reconhece na avaliação um instrumento para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

Atividades complementares

As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão voltadas para a comunidade.

Tais atividades se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular obrigatório.

Ainda são integrantes da formação acadêmica, que possibilitam o desenvolvimento das competências e das habilidades individuais do aluno.

Na UFMS, elas são previstas no Projeto Pedagógico de cada curso e regulamentadas de acordo com as suas especificidades.

São consideradas atividades complementares: estágios curriculares não obrigatórios, projetos de extensão, projetos de ensino, projetos de pesquisa, iniciação científica, cursos, publicações, monitorias, trabalhos de conclusão de curso (quando não forem obrigatórios), eventos, disciplinas complementares cursadas como enriquecimento curricular, dentre outras.

Projetos e Programas

Os cursos de graduação da UFMS têm como objetivo formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção no mercado de trabalho, ao exercício da cidadania, ao prosseguimento do próprio desenvolvimento e à participação no desenvolvimento da sociedade.

Para atender esse objetivo, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação institui, regulamenta, monitora, avalia e fomenta programas, projetos de ensino, monitorias, estágios e mobilidades

como forma de assegurar ao acadêmico a participação em diferentes processos de aprendizagem que contribuam para o aumento do rendimento acadêmico e para a melhoria da qualidade dos cursos, assegurando também a interface com a pesquisa e a extensão.

Essas atividades são oferecidas com o intuito de diversificar, flexibilizar e modernizar as formas de ensino, oferecendo a possibilidade de o acadêmico enriquecer a sua formação.

Além disso, as atividades vinculadas ao ensino desenvolvidas por meio de projetos, programas e estágios despertam no acadêmico maior interesse pelo curso, principalmente quando é observada a relação entre a teoria e a prática. Essas atividades facilitam a inserção do indivíduo no mundo do trabalho, incentivam a prática do pensamento científico e favorecem o desenvolvimento de habilidades comportamentais, políticas e sociais necessárias aos futuros profissionais, de modo que possam efetivamente se integrar à sociedade, atuando de maneira ativa e interativa.

3.3 Inovações significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96 – prevê uma flexibilidade curricular em relação:

- a) à organização curricular como reflexo da cultura local, sem perder de vista os objetivos e as finalidades da educação nacional;
- b) às peculiaridades de cada modalidade de ensino.

A flexibilização do currículo tem por objetivo possibilitar a afirmação da cultura local como elemento central da aprendizagem, cujo objetivo da ação educativa é a aprendizagem sobre a vida, tendo como valor principal a participação do sujeito no planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas.

O princípio da flexibilização, o qual contempla maior e melhor movimentação interna do acadêmico por meio da organização e ampliação de atividades, é adotado pela UFMS a partir das seguintes ações:

- a) disciplinas optativas;
- b) atividades complementares, de caráter técnico, científico-culturais, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- c) maior fluidez e dinamização no percurso acadêmico, pela minimização dos pré-requisitos; e

- d) atividades de intercâmbio e mobilidade acadêmica (permite ao acadêmico cursar disciplinas em outros cursos e instituições conveniadas).

3.4 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

Adotando o princípio da flexibilidade curricular, a UFMS busca agregar e somar diferentes modalidades de formação acadêmica, procurando construir um currículo que atenda não só o crescimento profissional, mas também ao desenvolvimento pessoal do estudante.

3.5 Avanços tecnológicos

A UFMS, por meio da reorganização administrativa em torno de uma gestão socialmente responsável, busca em um movimento de aproximação da academia com a sociedade, romper tradição assistencialista. Destarte, a responsabilidade social da UFMS ultrapassa os princípios da governança corporativa e traz para a sala de aula e para os laboratórios a sociedade e suas demandas e, por outro lado, levando a academia à interação próxima com a comunidade, cria situações de aprendizado e de concepção de ideias, em um contexto democrático no qual a educação ocorre contribuindo para a produção de capital humano, intelectual e tecnológico do país, direcionados para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

As alterações no conteúdo dos cursos no ambiente de ensino-aprendizagem são fundamentais e urgentes para as instituições que almejam dar um salto de qualidade nestes novos tempos. Investir na atualização tecnológica e na inserção de novas práticas e processos, demandados em razão da constante transformação dos paradigmas tecnológicos, pode contribuir efetivamente na formação e preparação dos profissionais para que atuem nas diferentes áreas de conhecimento.

À luz deste entendimento, a UFMS sempre apoiou o desenvolvimento de novas experiências de aprendizagem capazes de conectar a instituição com a nova realidade local, regional, nacional e internacional. Nesse contexto de mudanças de difícil dimensionamento, estão sendo adotadas políticas inovadoras para a transmissão e produção do conhecimento, entre as quais, destacam-se:

- a) a possibilidade de oferecer nos cursos 20% de sua carga didática na modalidade a distância, conforme prevê a Portaria nº 2.253 de 18/10/01 – MEC, possibilitando, deste modo, que as atuais e novas tecnologias de informação e de comunicação possam produzir melhorias significativas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem;

- b) a criação e adequação dos espaços pedagógicos;
- c) a inserção da plataforma MOODLE nas práticas de ensino presencial;
- d) a implementação de projetos de ensino de graduação concernentes ao desenvolvimento de ações inovadoras de ensino-aprendizado; e
- e) a realização de eventos relacionados à Inovação Tecnológica.

A UFMS entende que os avanços tecnológicos contribuem essencialmente para aprimorar as políticas e diretrizes pedagógicas e corroborar para o incentivo e o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, os esforços estão direcionados para criação de novos cursos, disponibilização de laboratórios e infraestruturas de apoio, além da proposição de ações que possibilitem a solidificação da cultura em pesquisa científica e tecnológica, propiciando à comunidade acadêmica, meios para adquirir competências necessárias para melhorar a qualidade do ensino.

Destacando-se a implantação e implementação:

- a) do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento, que integra a infraestrutura de pesquisa do programa de Mestrado em Engenharia Elétrica e tem por objetivos a formação de pessoal, o desenvolvimento de pesquisa orientada a produtos e a publicação de artigos científicos em conferências e periódicos, visando à disseminação de conhecimento;
- b) da Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, que teve origem no projeto “Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da UFMS”, financiado pela Finep. Seu objetivo é gerir a política de propriedade intelectual na UFMS, bem como promover ações para a disseminação da cultura de propriedade intelectual e inovação tecnológica no Estado de Mato Grosso do Sul;
- c) da Base de Estudos do Pantanal (BEP), posto avançado de apoio aos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas e tecnológicas na região do Pantanal sul-mato-grossense. Localizada na margem direita do Rio Miranda, na região do Passo do Lontra, município de Corumbá, a BEP possui uma área edificada de 1.208 m² dispondo de cômodos equipados para fins de alojamento. Um dos objetivos principais da BEP é apoiar projetos que proporcionem a expansão do conhecimento das diversas áreas da ciência: agronomia, biologia, farmácia, bioquímica, geografia, geologia, jornalismo, medicina, meteorologia, climatologia, odontologia, tecnologias ambientais, tecnologias de alimentos e medicina veterinária;
- d) da oferta dos Cursos Superiores em Tecnologia nas áreas: Redes de Computadores, Ele-

- trotécnica Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Saneamento Ambiental, Construção de Edifícios, Alimentos e Processos Gerenciais. O objetivo é formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em uma determinada área profissional e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias para o processo produtivo;
- e) de novos doutorados que serão fundamentais para a disseminação e fortalecimento das políticas de inovações tecnológicas da Universidade e irão propiciar o estudo e o desenvolvimento de pesquisa nas áreas de: (1) Recursos Hídricos, Tecnologias de Controle da Poluição, e Diagnóstico e Avaliação de Impactos Ambientais, (2) Sistemas de Computação, Sistemas de Informação e Teoria da Computação, e (3) Produção Animal e em Saúde Animal, respectivamente;
 - f) do Centro Tecnológico de Eletrônica e Informática de Mato Grosso do Sul (CTEI-MS), desenvolvido em parceria com duas universidades particulares do Estado e está instalado na Faculdade de Computação da UFMS. No local serão desenvolvidos trabalhos de computação de alto desempenho em processamento de dados, análise de base de dados e desenvolvimento de *chips*, novidade no Estado. Esses polos tecnológicos têm como objetivo o desenvolvimento de tecnologia de televisão tridimensional, computação robótica, análises precisas de dados meteorológicos e cadeias produtivas, como a do peixe, da soja e do gado. A expectativa é poder fornecer serviços e soluções tecnológicas para a comunidade; e
 - g) da Pantanal - Incubadora Mista de Empresas da UFMS, escritório modelo que se destina a manter e apoiar empreendedores nas fases de implantação, desenvolvimento, consolidação e desincubação de empresas, fornecendo-lhe ambiente e condições de funcionamento apropriado, tendo por objetivos apoiar a formação e consolidação de empresas mistas caracterizadas pelo conteúdo inovador, contribuindo para o desenvolvimento do mercado brasileiro e internacional, de modo a assegurar seu fortalecimento e melhoria do seu desempenho.